



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639278 - TO (2021/0006211-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : PAMELLA ABEL DOS SANTOS
ADVOGADO : PAMELLA ABEL DOS SANTOS - DF064924
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : NEURISMAR ANTONIO RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NEURISMAR ANTONIO RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0013012-10.2020.8.27.2700).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito de homicídio.

A impetrante sustenta que inexistentes os pressupostos de garantia da ordem pública e de aplicação da lei penal a justificar a prisão preventiva.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a sua substituição por outra cautelar prevista no art. 319 do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que confirmada a liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, a impetrante apenas juntou a ementa do acórdão atacado. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão que julgou o HC n. 0013012-10.2020.8.27.2700.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente